

Resumo

Identificada a importância de Goa no contexto político-militar do subcontinente indiano, assim como a necessidade de dotar o recém-criado Estado da Índia de uma praça com um *hinterland* significativo, Afonso de Albuquerque decidiu-se, em 1510, pela sua conquista. Vinte anos depois, Goa é elevada a capital, consolidando-se e cimentando-se uma estratégia de ocupação territorial. Entre o pragmatismo e a tratadística, desenvolveu-se um sistema defensivo em crescimento concêntrico e gradual, transformando-se Goa na principal peça de afirmação da Coroa Portuguesa como principal potência naval do Índico no século XVI. É proposta uma leitura do antigo sistema defensivo, hoje a memória da construção de um território, de uma comunidade com a sua identidade, correspondendo a um conjunto integrado de bens com valor patrimonial. A sua legibilidade é, por isso, determinante para a identificação da especificidade de Goa no contexto da Ásia do Sul, com o desenho a assumir-se como ferramenta fundamental de investigação. ●

Abstract

Once Afonso de Albuquerque had identified the importance of Goa within the political-military context of the Indian subcontinent, as well as the need to equip the newly created State of India with a fortified city with a significant hinterland, he decided to conquer it in 1510. Twenty years later, Goa was promoted to the status of capital, allowing a strategy of territorial occupation to be consolidated and reinforced. Between pragmatism and theory, a growing, concentric and gradual defensive system was developed, rendering Goa the main statement of Portuguese Crown as the main naval power in the Indian Ocean in the sixteenth century. We propose a look at the old defensive system, which today is the legacy of a constructed territory, and the identity of a community, comprising an integrated ensemble of assets with heritage value. The objective is, therefore, to determine the specific nature of Goa within the context of South Asia, with drawing as the key investigation tool. ●

Arbitragem Científica Peer Review

Alice Santiago Faria

CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores

Antonio Bravo-Nieto

Universidad Nacional de Educación a Distancia, Melilla

palavras-chave

GOA

TERRITÓRIO

SISTEMA DEFENSIVO

PATRIMÓNIO

keywords

GOA

TERRITORY

DEFENSIVE SYSTEM

HERITAGE

Data de Submissão

Date of Submission

Jul. 2017

Data de Aceitação

Date of Approval

Dez. 2018

GOA, UMA PERSPECTIVA TERRITORIAL DE DEFESA (1510-1660)

NUNO LOPES

Universidade de Coimbra

VÍTOR GASPAR RODRIGUES

Centro de História, Faculdade de Letras,
Universidade de Lisboa

¹ A conquista de Goa foi um longo e complexo processo militar, decorrido entre 1510 e 1512, com repetidos avanços e recuos, até à consolidação da ocupação portuguesa. Trinta e três meses de guerra entre as forças portuguesas e o sultanato de Bijapur, liderado por Yūsuf Adil Khān (1489-1510) e por seu filho Ismāil Adil Shāh (1510-1534), fizeram pender o território goês a favor dos Portugueses. As várias fases relativas aos diferentes tipos de operações militares motivadas pela posse de Goa, poderão ser consultadas na obra de Rodrigues e Costa 2008.

Afonso de Albuquerque, conhecedor da realidade comercial e político-militar do subcontinente indiano e da importância de Goa nesse contexto, movido pela necessidade de dotar o recém-criado Estado da Índia com um pólo administrativo, económico e militar com um *hinterland* significativo, decidiu-se, em 1510, pela sua conquista. Este processo, marcado por avanços e recuos perante as forças do Adil Khan,¹ distinguiu-se dos demais por ter sido feito, inicialmente, à revelia da coroa e contra a vontade de muitos oficiais portugueses estabelecidos no Malabar. As suas estruturas defensivas preexistentes seriam reforçadas e, a partir de 1530, com a elevação de Goa a capital, aprofundou-se uma estratégia de ocupação territorial. Desenvolveu-se um complexo sistema defensivo dependente das suas estruturas fortificadas, do seu armamento e do seu sistema de comunicações, visando, em última análise, o reforço da supremacia militar naval portuguesa no Índico. Passou a estar em causa não um elemento costeiro e circunscrito a si mesmo, conforme era habitual entre as diversas posições portuguesas até então, mas o controlo de um território organizado segundo um crescimento concêntrico e gradual: da Ilha de Tiswadi para a periferia. Goa transformar-se-ia na peça fundamental da rede politicamente estruturada que caracterizava o Estado da Índia e que esteve na base da sua afirmação como principal potência naval do Índico ao longo do século XVI. O exame ao conjunto de realidades históricas ali concorrentes afigurou-se decisivo para a compreensão das dinâmicas do território actual, entre elas: a experiência na arte da fortificação adquirida anteriormente, nomeadamente em África; a identificação de conceitos, estratégias e métodos aplicados na arte da guerra e na

organização político-militar; a evolução da artilharia e a resposta produzida pela arquitectura militar; as relações lógicas entre as estruturas fortificadas deste sistema defensivo e o que daí subsistiu; a influência deste conjunto na conformação do território contemporâneo.

Sucessivos autores têm destacado o carácter pragmático da engenharia militar portuguesa ao longo da sua diáspora. Independentemente dos conhecimentos teóricos e práticos da “arte da guerra” no Renascimento, com especial relevo para Itália, raramente se promoveu a realização de estruturas defensivas que excedessem as reais necessidades: nunca se procurou a perfeição técnica/estética, mas antes a eficácia. Nisto, o experimentalismo andou sempre de mão dada com a fusão entre modelos diversos, por vezes anacrónicos e de inspiração local. Assim, falar de pragmatismo no sistema defensivo de Goa é reconhecer a experiência e a capacidade de produzir soluções perante a avaliação das urgências de guerra, adaptando a força à reacção com base nos níveis de belicismo e resistência adversária. Actualmente, identificar a criatividade, integração e inovação no processo desta transferência tecnológica avançada entre a Europa e a Ásia, é reconhecer a existência de um “património de valor excepcional” (Cameron 2009), não daquilo que era transferido enquanto modelo original, mas do conhecimento com ele adquirido, tratando-se não da “arquitectura militar italiana” feita pelos Portugueses na Ásia, mas da “arquitectura militar portuguesa do Renascimento” feita na Ásia. Sustentar esta ideia, implica a identificação de bases através das quais se desenvolveu esse conhecimento, com a tratadística da fortificação a assumir um papel central (Conceição 2008), assim como das principais linhas do processo de transição na fortificação (Dias 1998; Matos 2012; Moreira 1989; Taylor 1921; entre outros).

Este conjunto de dados permite-nos reflectir acerca da forma como o sistema defensivo de Goa se desenvolveu, no tempo e no espaço, e quais as formas/tipos que cada estrutura foi adquirindo, privilegiando-se uma proposta de leitura do antigo sistema defensivo (hoje a sua memória) e da construção de um território, de uma comunidade com a sua identidade (Harrison 2015; Waterton e Smith 2010). Como tal, a sua legibilidade é determinante para a identificação da especificidade de Goa no contexto da Índia e da Ásia do sul, em relação à qual o desenho se assume como uma ferramenta indissociável de investigação. Paralelamente, este conjunto integrado de bens com valor patrimonial tem contribuído para o desenvolvimento de dinâmicas (com destaque para o turismo) que, embora relevantes para o fortalecimento identitário deste legado e populações onde se integram, são frequentemente redutoras na produção de representações identitárias (Ablett e Dyer 2009), assuntos em relação aos quais voltaremos no tópico final.

As representações visuais de Goa colocam ainda hoje diversos problemas por solucionar, entre os quais: a autoria, a época ou o nível de veracidade de determinados exemplares. Foi, contudo, com base na sobreposição entre esses exemplares², a fotografia actual de satélite e as informações gráficas recolhidas no terreno, e ainda articulando estes resultados com as bases teóricas conhecidas, que pudemos apurar conclusões e, com elas, dar um contributo para o (re)conhecimento e

² A maioria dos exemplares de cartografia e iconografia disponível dentro da cronologia em análise encontra-se sistematizada (consultar Garcia 2010).

a (re)interpretação das realidades coloniais deste território e seus processos evolutivos, com natural foco no seu sistema defensivo.

Nesse sentido, importa clarificar que a produção de desenhos pretende funcionar não apenas como parte integrante do discurso do investigador, onde a sobreposição de informações gráficas – que são sempre abstracções da realidade – poderá beneficiar o (re)conhecimento das realidades históricas – concretas, materiais, visíveis –, mas como meio para obter um resultado que integre a evolução que tem ocorrido no conhecimento sobre os vestígios da presença portuguesa na Índia e sobre o modo como tais vestígios contribuíram para a forma que estes territórios conservam até hoje. Mais do que o absoluto rigor na representação das suas formas/características, importa compreender as posições de ocupação territorial, os tipos, a força implementada em cada posição, o que poderá ter definido a implantação territorial e respectiva importância/significado de cada estrutura, bem como o resultado da organização da rede defensiva. Tal só é possível com recurso à interpretação do desenho, que é o resultado abstracto mais directo da realidade concreta, cada vez menos visível.

Neste quadro, foram apurados os dispositivos preexistentes à presença portuguesa, respectivos reforços ou reformas, criação de novas estruturas e avanço territorial através de posições confinadas por estas estruturas, atingindo o carácter de “sistema defensivo”, com características únicas no contexto das ocupações portuguesas na Ásia: estabelecido concêntrica e hierarquicamente a partir de uma única cidade para um território, (re)desenhando limites, convergente com as próprias conjunturas político-militares.

Instalação, consolidação e extensão territorial

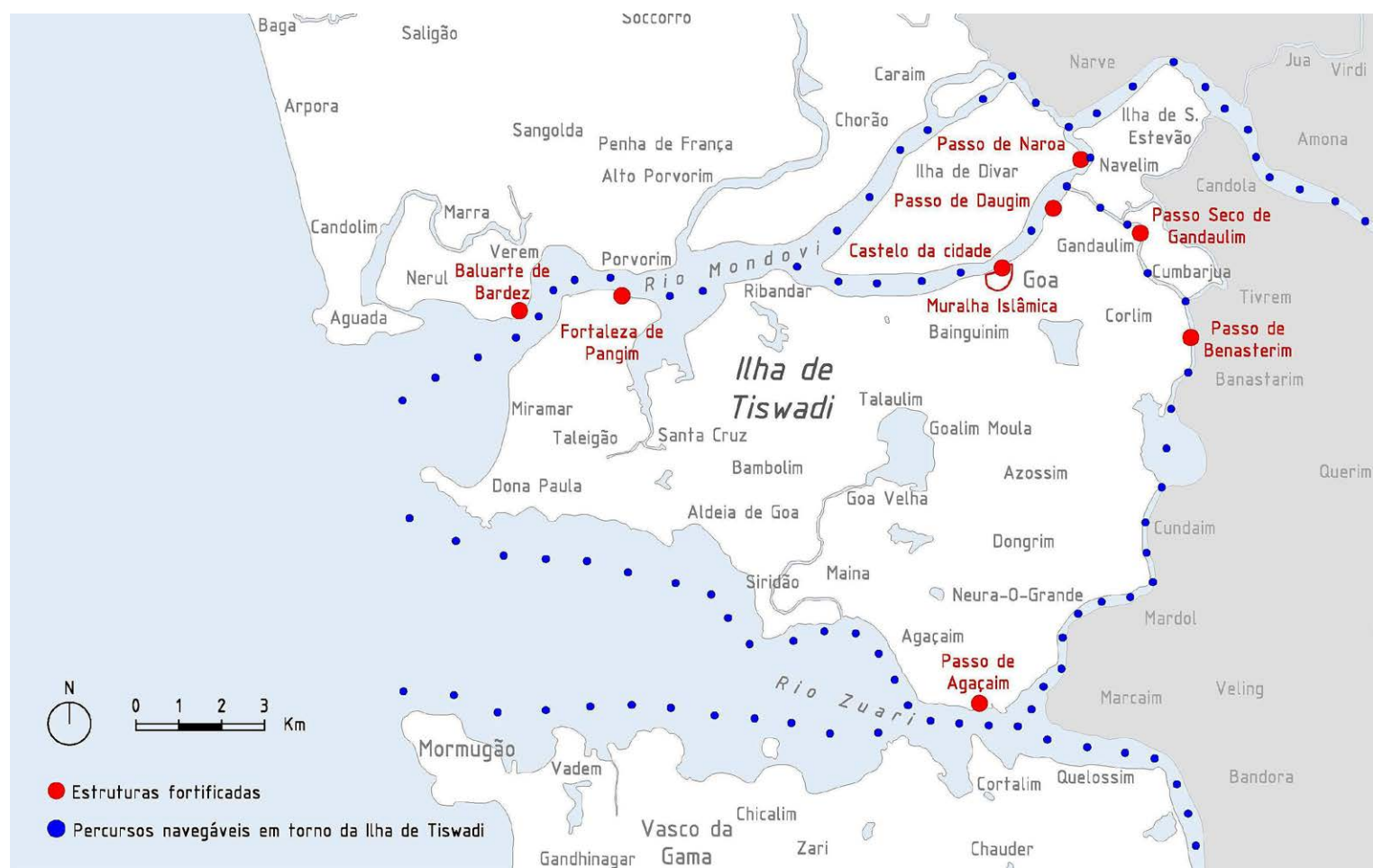
Na sua estratégia imperial, Albuquerque construiu o Estado da Índia como se de um estado em rede se tratasse (Thomaz 1994, 215-217), procurando assentá-lo no que designava como as principais cabeças do Índico: Goa, Malaca, Ormuz, Adém e Diu. Como cabeça principal, entendia que seria necessário possuir uma praça submetida à soberania do rei português por direito de conquista; que fosse auto-suficiente economicamente; que estivesse envolvida nas principais rotas comerciais do Índico e estrategicamente localizada (através da penetração nas redes comerciais asiáticas e no epicentro da zona de conflito entre o Império hindu de Vijayanagar e os sultanatos do Decão); e em que a população fosse maioritariamente hindu, possibilitando, através de uma política de casamentos com mulheres locais, promover um processo de aculturação e de cristianização, a base da futura sociedade indo-portuguesa. Em suma, Albuquerque transformou o Estado da Índia numa grande potência militar naval asiática, graças às conquistas de Goa (1510), Malaca (1511), Ormuz (1515) e

ao controlo do golfo de Cambaia (Rossa 2010, 27), apenas lhe ficando a faltar Diu (conquistado pelos Portugueses em 1535) e Adém. A conquista de Goa ocorreu, assim, no seio de um processo complexo, marcado pela tomada de várias posições estratégicas num curto espaço de tempo, facto que contribuiu, nalguns casos, para um menor conhecimento da realidade política, militar e geográfica dessas regiões, que estiveram na base de algumas decisões precipitadas. Exemplo disso foi a escolha do local de instalação³.

São vários os documentos – cartografia e iconografia, registos de personagens coevas, Livros de Ordens Régias, do Senado e das Monções, registos de alvarás e provisões, correspondências régias, etc. – que confirmam a preexistência do castelo e muralha da cidade, do Passo de Naroá, dos Passos de Daugim, Gandaulim e Benasterim (primeiras posições daquela que viria a ser a composição da muralha periférica erguida pelos Portugueses a partir de 1560⁴), do Passo de Agaçaim, bem como do Baluarte de Bardez e da Fortaleza de Pangim. A figura 1 apresenta-nos esta visão integrada de parte do território, cujas posições dos dispositivos preexistentes evidenciam, entre outras, a preocupação em defender a Ilha de Tiswadi

³ A escolha de [Velha] Goa, em detrimento de alternativas como Goa Velha, Pangim ou Mormugão, acabou por se revelar um equívoco, resultante também das vantagens de poderem utilizar as estruturas defensivas preexistentes. Tratava-se, no entanto, de um local mais no interior e de mais difícil acesso por barco. Além disso, o rio Zuari apresenta um estuário mais aberto e profundo que o Mandovi, assim como uma barra mais protegida dos ventos, para além de que foi sofrendo ao longo do tempo um menor assoreamento. Sobre o assunto veja-se Rossa 2010b, 174.

⁴ Sobre a muralha periférica de Goa, consultar Rossa e Mendiratta 2012 e Lopes 2017.



⁵ Juntamente com o Arco dos Vice-Reis, o Arco de Nossa Senhora da Conceição é um dos raros vestígios operados pelos portugueses na antiga muralha islâmica, posição determinante para a compreensão do desenho da linha defensiva da cidade preexistente (Rodrigues e Mendiratta 2010a).

⁶ Novas intervenções acontecem apenas na década de 1550 e após chegada dos “inimigos europeus”, com a tomada de consciência do perigo vindo do mar. Sobre as estruturas fortificadas em Goa durante o reinado de D. Manuel, consultar Teixeira 2008, 65-76.

⁷ O momento em que Nuno da Cunha (1487-1539, gov. 1529-1538) troca os seus aposentos de Cochim pelos de Goa, fazendo-se acompanhar de algumas das principais instituições centrais do Estado, revelou-se decisivo na estratégia portuguesa para o Oriente. Depois de Afonso de Albuquerque, Nuno da Cunha surge como uma personagem de grande importância para a história do território goês, ficando a sua governação marcada por ser um período de intensa reorganização estratégica geral da expansão, agora também numa lógica de ocupação territorial. Para ver mais sobre o assunto, consultar Santos 2001.

⁸ Embora se atribua a 1543 o ano da sua concretização, é difícil definir com rigor a evolução territorial, mas apenas a configuração final. Importa, por outro lado, sublinhar que este processo de expansão territorial foi longo e complexo, prolongando-se até ao século XVIII com as chamadas Novas Conquistas.

Fig. 1 – Principais estruturas fortificadas da Ilha de Tiswadi preexistentes à presença portuguesa e percursos navegáveis em 1510. Desenho de Nuno Lopes.

do interior do território, preferencialmente junto aos rios e afluentes (Mendiratta e Santos 2012). O facto de Goa ser uma ilha – contornada por rios, canais e zonas pantanosas sobretudo durante as monções (hoje quase tudo está muito assoreado, com excepção do estuário do Zuari e parte do Mandovi) – a navegabilidade em seu redor era uma realidade determinante nas estratégias militares usadas para defesa desta zona. Se as forças portuguesas dominavam no meio aquático, os exércitos de Bijapur apresentavam um número muito superior de homens, difíceis de superar nos combates terrestres. Benasterim correspondia, assim, ao momento de transição entre a água e a terra firme, entre a ilha e o interior, entre o núcleo e a periferia. Instalados em Goa, os portugueses estacionaram as armadas nas barras dos rios e iniciaram a reorganização e reocupação dos diversos dispositivos, assim como a construção do Passo dos Vice-Reis sobre o antigo castelo da cidade. Procederam ainda à recuperação da antiga muralha islâmica e do baluarte de Bardez (base da futura fortaleza dos Reis Magos), tendo a fortaleza de Pangim sido destruída pelos portugueses durante o processo de conquista, em 1510.

A muralha islâmica correspondia a um perímetro defensivo com quatro portas: a Porta do Cais (hoje sinalizada pelo Arco dos Vice-Reis); a Porta da Ribeira (junto à Capela de Santa Catarina); a Porta de Nossa Senhora da Serra ou dos Baçais (abrindo para sul); e a Porta do Mandovim (hoje conhecida como Arco de Nossa Senhora da Conceição)⁵.

Afastando-nos deste centro e aproximando-nos dos passos de acesso à ilha, é com dificuldade que hoje se reconhecem as ruínas das defesas de Gandaulim e Benasterim, sobrando dúvidas relativamente à implantação das restantes. Contudo, é ainda evidente a antiga relação cooperativa entre os dispositivos que, embora sujeitos a constantes reforços, nunca receberam características da fortificação moderna europeia, uma vez que garantiam a resposta necessária perante os ataques inimigos. Defronte da cidade de Goa, na Ilha de Divar, foi edificada uma torre no Passo de Naroã (preexistente) e viriam a ser feitas obras de reconstrução no Baluarte de Bardez, embora não de imediato⁶.

Com a nomeação de Nuno da Cunha⁷ como governador (1529) iniciou-se a mudança do paradigma imperial: se até aqui o processo expansionista assentava numa lógica de hegemonia marítima, passou a incluir estratégias de ocupação territorial. Na Ásia, vieram a ser disso exemplo as ocupações da Província do Norte (Mendiratta 2012) e de Goa, com a anexação das regiões de Bardez, Mormugão e Salcete, correspondendo ao território goês que ficou conhecido como o das *Velhas Conquistas*, formalizado em 1543⁸.

Após as primeiras obras de recuperação/reforço das principais posições defensivas da Ilha de Tiswadi, os Portugueses viriam a ocupar Rachol. Erguida junto à margem esquerda do Zuari, defendia a Província de Salcete, sendo usada como ponto de controlo das embarcações que circulavam entre a barra e o interior do território (figs. 2-4).

A estrutura preexistente foi doada aos portugueses (1518-1521), sendo alvo de uma modesta reconstrução em 1535 e de uma profunda reforma em 1604 (Telles 1939,

38-39) que, tirando proveito das áreas favoráveis à rizicultura, a dotou de um perímetro defensivo de grande dimensão, que era também um complexo religioso – com destaque para o colégio jesuíta, com um hospital, um seminário, a casa de catecúmenos, a escola de doutrina (Gomes 2010, 316) e algum casario. A aproximação do Zuari e a abertura do fosso⁹, hoje parcialmente aterrado, transformaram o seu perímetro numa ilha, permitindo interpretar as suas formas e dimensões gerais. Contudo, abandonada em 1842 (Saldanha 1925, 2: 274), são já escassos os elementos de cariz militar daquela que é a maior fortaleza localizada no interior do território das Velhas Conquistas e a única que recebeu baluartes modernos, hoje desaparecidos. Localizada na aldeia de Verem, num morro da margem norte do estuário do Mandovi e sobre uma pequena preexistência deixada por Adil Khân, a antiga estrutura, conhecida por Baluarte de Bardez, foi totalmente reconstruída após a anexação da região de Bardez (1551-1554), recebendo nessa altura o nome de Forte Real (Telles 1937, 4). Para além da estrutura superior, importante travão às investidas dos potentados muçulmanos a partir do norte, este dispositivo recebeu contínuas melhorias ao longo das cinco décadas seguintes, com destaque para a extensão até à foz do Mandovi (1588-1589), período em que foi nomeada Fortaleza dos Reis Magos (figs. 5-7). Esta reforma corresponde a um momento decisivo para a defesa de Goa: pensada para a troca de fogos com os sistemas defensivos situados na Ilha de Tiswadi, esta estrutura revelou-se fundamental no controlo dos movimentos marítimos do principal acesso à capital goesa.

A montante da barra do Mandovi, passando a cidade de Goa e aproximando-nos da Ilha de Santo Estêvão, observa-se um forte com o mesmo nome, provavelmente erguido na década de 1550. Ao contrário da maioria das estruturas do interior do território, o Forte de Santo Estêvão exhibe um excelente estado de conservação: abandonado após o processo de anexação das Novas Conquistas, foi recentemente alvo de obras de recuperação, facilitando a leitura do seu traço original. Este pequeno posto de terra destaca-se pela sua importância estratégica no policiamento a montante da capital, desempenhando uma função semelhante à de Rachol, no rio Zuari, não obstante as distintas dimensões e programas contemplados.

⁹ D. Pedro Miguel de Almeida, 1.º marquês de Alorna (1688-1756), procedeu, em 1745, a um novo conjunto de obras na fortaleza, com destaque para o açude e para o fosso aquático (Saldanha 1925, 2: 272). O século XVIII corresponde ao auge desta estrutura. Em 1832, as suas 100 peças de artilharia foram reduzidas a 65 (Telles 1937, 21), sendo abandonada uma década depois.



Fig. 2 – Fortaleza de Rachol: o fosso e o colégio jesuíta. Fotografia de Nuno Lopes.



Fig. 3 – Localização da Fortaleza de Rachol. Desenho de Nuno Lopes.



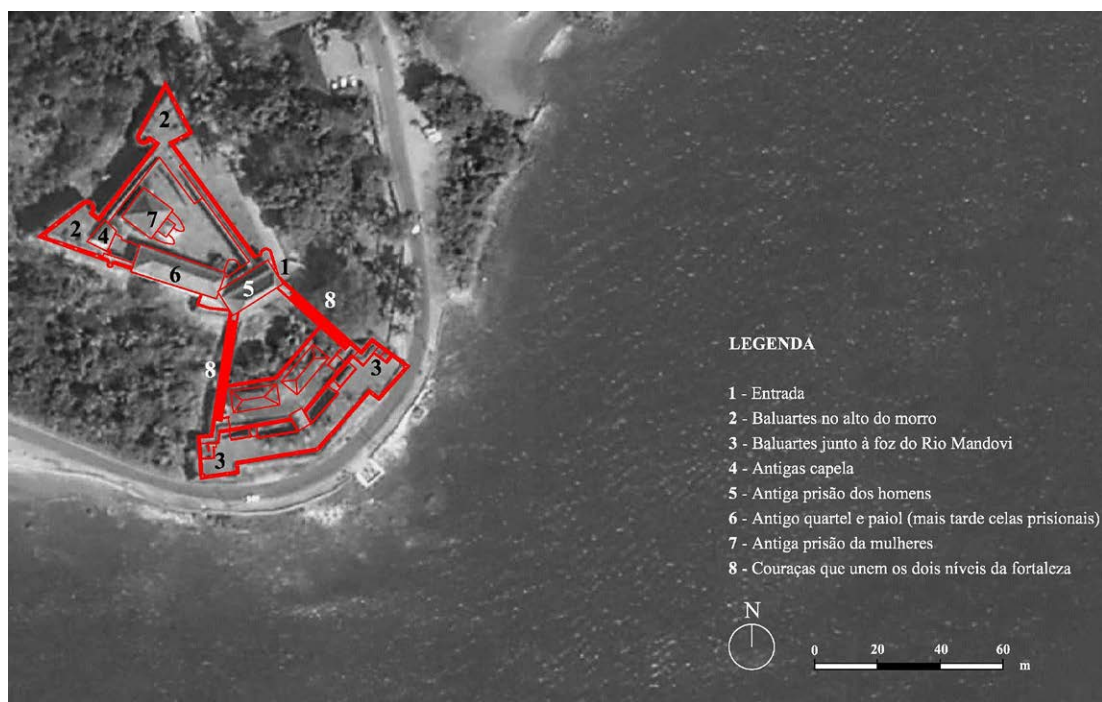
Fig. 4 – Implantação da Fortaleza de Rachol. Desenho de Nuno Lopes sobre fotografia actual de satélite (Google Earth 2014).

No decurso das décadas de 1550 e 1560 os portugueses procederam a um aumento significativo das suas praças na Ásia – Mascate (1552), Colombo (1554), Asserim (1556), Damão (1559), Manar (1560) e Amboíno (1564) –, para além de se haverem estabelecido em Macau (1557), peça importante para as finanças do Estado da Índia em virtude do estabelecimento da Carreira do Japão. Esse crescimento, por outro lado, gerou dificuldades no aprovisionamento dos presídios das fortalezas, dada a escassez crescente de soldados e um aumento das despesas, potenciado ainda pelos conflitos militares mantidos com os turcos no Mar Arábico e com os potentados da Insulíndia nos Mares do Sul (Rodrigues 1998).

Se na vertente religiosa o ano de 1560 corresponde ao estabelecimento da Inquisição em Goa, na vertente militar assinala o início da construção da muralha periférica. Dado o crescimento explosivo da cidade de Goa, a antiga muralha islâmica foi rapidamente ultrapassada, dando origem à maior extensão amuralhada firmada pelos portugueses no mundo, não obstante a fragilidade associada ao seu longo processo de execução. Com 18,5 quilómetros, este perímetro defensivo uniu algumas das



Fig. 5 – Fortaleza dos Reis Magos: plataforma inferior. Fotografia de Nuno Lopes.



estruturas existentes, restando hoje algumas fracções: um pequeno troço perfeitamente identificável, correspondente à zona ocidental e mais recente do conjunto; e uma maioria desmantelada, dentro da qual sobrevivem as ruínas dos passos do Mangueiral, de Benasterim e de Gandaulim. Se ao nível da inovação arquitectónica este perímetro não apresenta elementos que mereçam especial destaque, no seu todo representa uma importante novidade: a perspectiva territorial da defesa. Até à década de 1560, o grosso dos conflitos militares navais limitou-se à costa ocidental indiana, envolvendo sobretudo as esquadras costeiras portuguesas ou aliadas, que viriam a enfrentar um aumento de navios corsários, provocando

Fig. 6 – Localização da Fortaleza dos Reis Magos. Desenho de Nuno Lopes.

Fig. 7 – Implantação da Fortaleza dos Reis Magos. Desenho de Nuno Lopes sobre fotografia actual de satélite (Google Earth 2014).



Fig. 8 – Forte de Santo Estêvão: o forte, com o Rio Mandovi. Fotografia de Nuno Lopes.



Fig. 9 – Localização do Forte de Santo Estêvão. Desenho de Nuno Lopes.

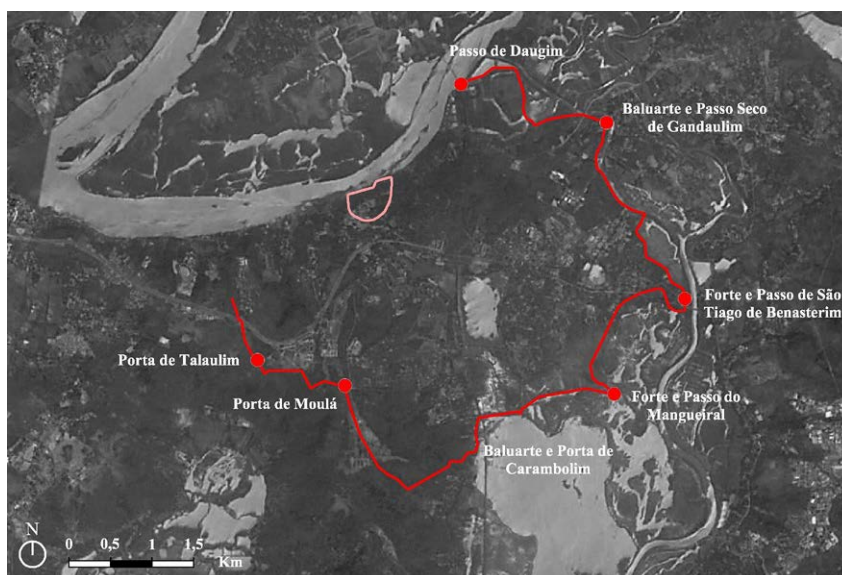
Fig. 10 – Implantação do Forte de Santo Estêvão. Desenho de Nuno Lopes sobre fotografia actual de satélite (Google Earth 2014).



um desgaste ao Estado da Índia (Monteiro 1989-1997, 3: 247). À crônica falta de homens somar-se-ia a escassez de armamento para o provimento das armadas e fortalezas ainda em crescimento, facto especialmente relevante num momento em que os principais potentados asiáticos reforçavam precisamente o seu armamento, reduzindo gradualmente a diferença em relação ao potencial militar português. Nesta conjuntura, a crise militar de 1570 que assolou o Estado da Índia foi, em grande medida, reflexo de um brusco desequilíbrio geoestratégico entre os potentados hindus e muçulmanos do Decão, após o desmoronamento do império hindu de Vijayanagar. Marca ainda o início do predomínio político-militar muçulmano,



Fig. 11 – Muralha periférica: zona junto à Porta de Talaulim. Fotografia de Nuno Lopes.



empenhado em eliminar a rede comercial, política e militar portuguesa no Índico (Thomaz 1995, 484).

Comprometidos em reconquistar a hegemonia marítima, os Portugueses viriam a reformular a sua ocupação em moldes mais territoriais, acentuando-se a fragilidade das posições no Extremo Oriente, que facilitou a penetração dos “inimigos europeus” nos Mares do Sul. Se por um lado a actividade comercial do Estado da Índia continuava intensa, por outro os portugueses viam os “inimigos europeus” chegar a Goa, em 1596. À ameaça vinda de terra, juntava-se uma mais temível, vinda do mar.

1596, a mudança do paradigma defensivo de Goa

A viragem do século XVI para o XVII é marcada por um crescimento de ataques britânicos e, sobretudo, holandeses às naus da Carreira da Índia, mas também aos seus portos, tanto no reino como na Índia. Os seus navios, mais resistentes, com maior velocidade, capacidade de bolina, e dotados com tripulações e bombardeiros de superior qualidade, faziam a diferença. Dispunham, por outro lado, de artilharia com muito maior alcance e precisão de tiro, a que se superiorizavam apenas os reparos estáticos, instalados pelos portugueses em terra. Como resposta a esta difícil situação, foram iniciadas obras de reforço nas posições terrestres que defendiam as embocaduras dos rios, como aquelas que, em 1594, deram início à construção do Forte de Nossa Senhora do Cabo.

Fig. 12 – Primeira fase da muralha periférica, iniciada em 1560. Desenho de Nuno Lopes.

Fig. 13 – Versão final da muralha periférica, por volta de 1630. Desenho de Nuno Lopes sobre fotografia actual de satélite (Google Earth 2014), apoiado no desenho “Velha Goa Suburbana” (Mattoso e Rossa 2010, 233), com algumas alterações após percurso no terreno realizado em Novembro de 2014.

¹⁰ Pela sua dimensão e tipologia, o Forte da Aguada corresponde ao principal exemplo da fortificação abaluartada em Goa, representando uma importante evolução face ao poder de fogo inimigo que aqui chegava. Por isso mesmo, é uma realização tardia, quando comparada com outros modelos desenvolvidos pelos portugueses no mundo (Ceuta, Mazagão, Ilha de Moçambique, Mombaça, Ormuz, Diu, etc.), correspondendo ao momento em que se revelou vital para a manutenção de Goa, perante o assédio dos “inimigos europeus”.

No extremo ocidental de Nossa Senhora do Cabo – extensão de terra que divide as barras do Mandovi e do Zuari – o conjunto militar, com excepção de uma frente ribeirinha no limite do cabo e de um breve circuito muralhado inicialmente pensado para se unir à muralha periférica, não foi fortificado em grande parte do seu perímetro. Considerando a situação de charneira, faltou um investimento superior, dada a oportunidade de defesa proporcionada pela troca de fogos com Aguada e Mormugão, construções erguidas nos anos que se seguiram. Com efeito, o Forte de Nossa Senhora do Cabo, modesta estrutura militar quando comparada às homólogas vizinhas, conheceu no “palácio de férias” dos governadores de Goa o *ex libris* deste cabo (Scholberg 1995, 15), área hoje ocupada por edifícios governamentais e interdita ao público em geral. Para além de Nossa Senhora do Cabo, o Forte de Gaspar Dias (1598), destruído durante a revolta militar de 1835, foi um dos primeiros dispositivos erguidos com vista ao reforço defensivo das barras de Goa.

A Praça da Aguada (1604-1627), situada numa península na margem norte da foz do Rio Mandovi, zona de nascentes naturais e com boas condições para a acostagem e abastecimento de navios, corresponde a um dos conjuntos fortificados de maior importância em Goa (Rodrigues e Mendiratta 2010c; Kanekar 2015).

Definida por um perímetro muralhado, reforçado pontualmente por baluartes, integra uma fortaleza de dimensão e rigor arquitectónicos ímpares no contexto goês¹⁰. Da fortaleza, destacam-se: o fosso seco, os baluartes modernos de grande dimensão, a presença do antigo farol e o aproveitamento das nascentes de água, aliados a um elevado rigor construtivo. Pela valorização atribuída, verifica-se hoje um fluxo de pessoas muito superior ao registado nas restantes fortificações deste território, apenas suplantado por Velha Goa. Na margem oposta à de Aguada, atravessando

Fig. 14 – Nossa Senhora do Cabo, o troço de terra mais distante. Fotografia de Nuno Lopes.





as barras de Goa, surge a Praça de Mormugão, iniciada em 1624 (Rodrigues e Mendiratta 2010b, 291), na sequência de uma série de bloqueios holandeses. Neste período, a generalidade das estruturas fortificadas de Goa encontrava-se numa situação preocupante – num estado de avançada degradação ou com pouca gente a ocupá-las –, representando este conjunto de obras um esforço desmesurado mas necessário para a manutenção de Goa. Embora sejam frequentemente comparadas, porque são ambas penínsulas-planalto fortificadas e situadas nas barras de Goa, importa referir que, em relação às suas principais estruturas militares, a Fortaleza da Aguada é neste contexto o melhor e maior exemplo de arquitectura

Fig. 15 – Localização de Nossa Senhora do Cabo e muralha. Desenho de Nuno Lopes.

Fig. 16 – Implantação de Nossa Senhora do Cabo e muralha. Desenho de Nuno Lopes sobre fotografia actual de satélite (Google Earth 2014).



Fig. 17 – Fortaleza da Aguada, com Nossa Senhora do Cabo, ao fundo. Fotografia de Nuno Lopes.



Fig. 18 – Localização da Praça e Fortaleza da Aguada. Desenho de Nuno Lopes.



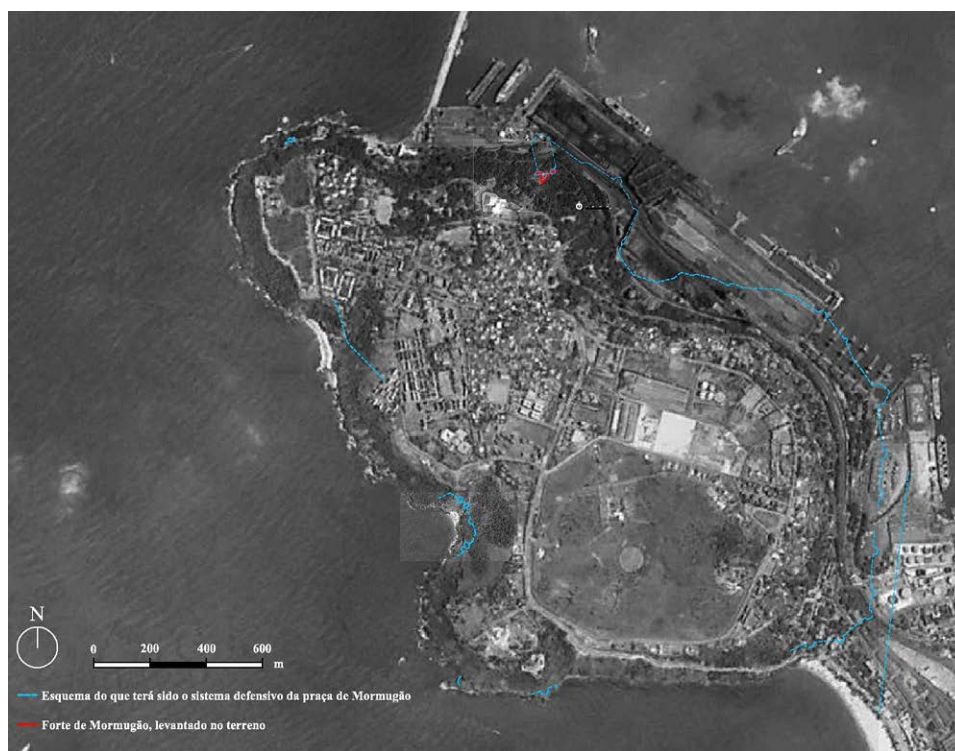
Fig. 19 – Implantação da Praça da Aguada. Desenho de Nuno Lopes sobre fotografia actual de satélite (Google Earth 2014).

abaluartada portuguesa, enquanto o interesse do pequeno forte de Mormugão resulta sobretudo da sua localização estratégica.

Originalmente composto por duas estruturas – uma superior, com três baluartes modernos de pequena dimensão, e uma inferior (hoje desaparecida) instalada junto à foz e a que se acedia através de duas couraças – o Forte de Mormugão desempenhou um papel decisivo na defesa da barra do Zuari. Marcada pelo aparecimento do caminho de ferro e pelo desenvolvimento do porto, esta praça é hoje um lugar complexo. Viu a sua população aumentar significativamente, levando à construção de novos edifícios em detrimento de estruturas obsoletas, nomeadamente as de cariz militar, persistindo raros vestígios como o Forte de Mormugão, em condição de pré-ruína.



Fig. 20 – Praça de Mormugão. Fotografia de Nuno Lopes.



Percorrendo a costa na direcção norte, encontramos a barra do Rio Chaporá onde, no alto de um outeiro, se implantou o Forte de Chaporá. No limite norte de Bardez, a principal estrutura assumiu uma dupla função de defesa: marítima (da costa, da barra e da população aí residente) e terrestre (especialmente por se tratar de uma posição de fronteira). Terá existido uma preexistência à presença portuguesa com o nome de Shahpura (Larsen 1998, 78), por eles conquistada na sequência da anexação do território de Bardez, procedendo-se a uma primeira reconstrução no início

Fig. 21 – Localização da Praça e Forte de Mormugão. Desenho de Nuno Lopes.

Fig. 22 – Implantação da Praça e Forte de Mormugão. Desenho de Nuno Lopes sobre fotografia actual de satélite (Google Earth 2014), com apoio nos exemplares cartográficos: *Planta da Praça de Mormugão*, de Francisco Augusto Monteiro Cabral, 1814 (BNP D-71-R.); e *Planta da Península e Praça de Mormugão*, de Joaquim Pedro Celestino Soares, 1851.



Fig. 23 – Forte de Chaporá. Fotografia de Nuno Lopes.



Fig. 24 – Localização do Forte de Chaporã. Desenho de Nuno Lopes.



Fig. 25 – Implantação do conjunto fortificado de Chaporã. Desenho de Nuno Lopes sobre fotografia actual de satélite (Google Earth 2014).

do século XVII, como resposta ao assédio holandês. A estrutura actual corresponde a uma reforma já de 1717 (Telles 1937, 19).

De grande dimensão, o Forte de Chaporã incorpora baluartes cilíndricos e angulares, resultando numa composição pouco comum para o início do século XVIII, fazendo lembrar os primeiros ensaios da fortificação de transição, dois séculos antes. Desde o período das Novas Conquistas que não recebe obras de manutenção, exibindo hoje um conjunto seriamente danificado, sobretudo a frente norte. Já no século XIX, foi construída a pequena fortificação junto ao rio, a nordeste da fortaleza principal, com o objectivo de controlar o tráfego fluvial (Kanekar 2015, 73). Hoje, próximo de várias infra-estruturas destinadas ao turismo, é elevado o fluxo diário de visitantes.

O confinamento do Estado da Índia (1630-1660)

Até à década de 1630, apesar de se registar apenas a perda de algumas fortalezas, como Calecut, Pacém, Ternate ou Ormuz (esta de grande significado político, económico e militar), mantendo-se a grande maioria delas na posse do Estado da Índia (Costa 2014, 77), a verdade é que – em resultado do constante assédio dos inimigos europeus e asiáticos e da aposta cada vez mais firme da coroa na coloni-

zação brasileira (Costa 2014, 188) – o império oriental português se encontrava em grandes dificuldades. Essa questão era particularmente evidente no mar, onde as suas armadas, sem o potencial militar naval de outrora, se mostravam incapazes não só de afrontar as potências europeias, mas também de apoiar a vasta rede de fortalezas dispersas pelo Índico e Pacífico.

Em virtude dessa acentuada perda de potencial naval e como resposta à instabilidade crescente que vinha a sentir-se junto das fronteiras terrestres de Goa – sobretudo em resultado das movimentações militares dos mogores e do progressivo crescimento dos maratas, liderados por Shivaji Bhosle – as preocupações das autoridades estabelecidas em Goa viraram-se novamente para o interior do território, tendo sido iniciada a construção da muralha Colvale-Tivim que, a nordeste, procurava consolidar os limites das Velhas Conquistas.

Na opinião de autores como Alice Santiago Faria (2009) ou Walter Rossa (2010b) a Ponte-Açude do Conde de Linhares é a estrutura edificada que “simultânea e paradoxalmente mais muda – porque utilitária e, na prática, invisível – e territorial e tecnologicamente relevante de todas quantas os portugueses construíram na Ásia” (Rossa, 2010b, 266). Nesse sentido, se há governadores/vice-reis que tiveram grande influência na composição do território de Goa tal como o conhecemos hoje, Miguel de Noronha, 4.º conde de Linhares, é um deles, tendo alavancado não só esta obra, como outras de grande importância militar, como a finalização de Aguada, o desenvolvimento de Mormugão ou o início da muralha Colvale-Tivim.

A montante da barra do Rio Chaporá surge Colvale onde, em 1635, foi erguido o Forte de São Sebastião. A sul, sensivelmente a meio caminho de Tivim, foi edificado o Forte do Meio, iniciado em 1630-1631 (Mendiratta 2015, 13), concluído nesse mesmo ano de 1635. Dada a topografia privilegiada – uma zona plana, com reentrâncias fluviais entre os rios Chaporá e Mapuçã, que viria a originar a abertura de um fosso –

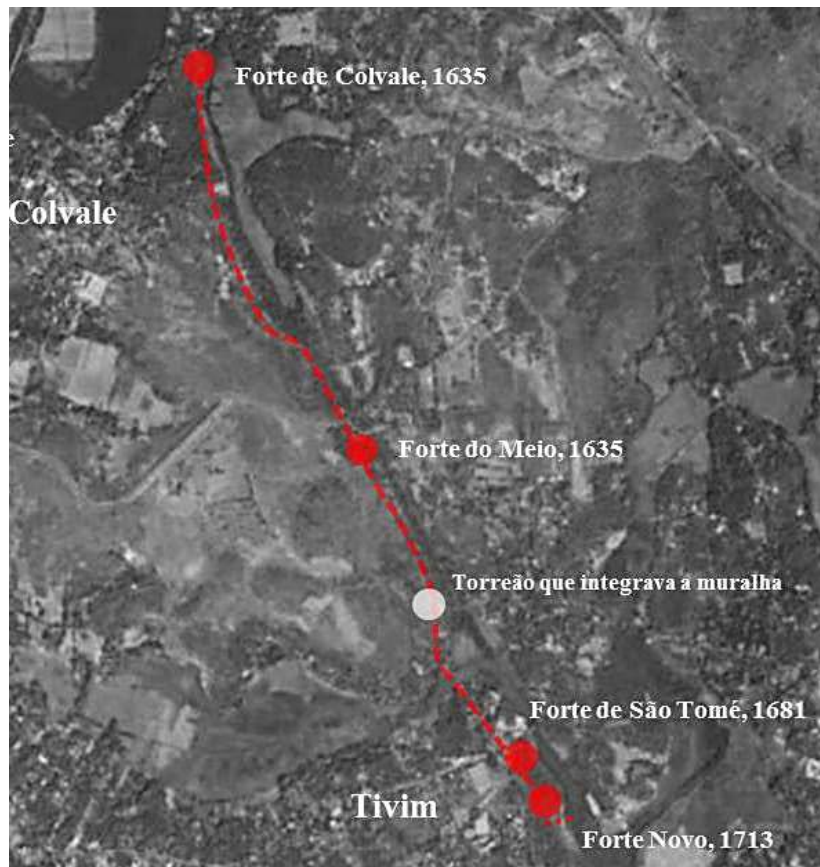
Fig. 26 – Muralha Colvale-Tivim: Forte do Meio e troço da muralha. Fotografia de Nuno Lopes.





Fig. 27 – Localização da Muralha Colvale-Tivim. Desenho de Nuno Lopes.

Fig. 28 – Localização dos principais elementos da Muralha Colvale-Tivim. Desenho de Nuno Lopes sobre fotografia actual de satélite (Google Earth 2014).



foi levantada uma muralha que uniu estas a novas fortificações, procedimento algo semelhante ao da muralha periférica, corrigindo-se os erros aí cometidos: a abertura do fosso e a inclusão de diversos dispositivos ao longo desses três quilômetros garantiam uma defesa superior. Meio século após as primeiras obras, o Forte de São Sebastião de Colvale terá sido reformado e erguido o Forte de São Tomé de Tivim (1681). A terceira fortificação de Tivim, o Forte Novo, é já de 1713 (Telles 1937, 14-15). Actualmente, o nível de assolação do conjunto é de tal forma significativo que, sem recursos especializados para o efeito, se afigura tarefa árdua precisar a implantação de alguns dos seus elementos: de Colvale nada foi encontrado; dos três principais fortes de Tivim, restam o do Meio e o Novo, em adiantado estado de ruína, enquanto o de São Tomé foi demolido durante a construção da ponte aí existente; do pano murado conservam-se fracções, sempre acompanhadas pelo fosso que desafia a percepção entre a obra humana e a natureza.

O período pós-Restauração corresponde a um dos momentos cruciais da presença portuguesa no Oriente. À longa guerra que vinha sendo travada no reino com os vizinhos espanhóis, responsável em boa parte pela enorme carestia de homens e armamento verificada no Estado da Índia, somava-se agora, terminado o período de trêguas de oito anos negociadas por D. João IV (Veen 2000, 202), o reacendimento da Guerra Luso-Neerlandesa, agravada pela longa crise que assolou a governação

em Goa, de que são exemplo dois golpes de Estado. Neste difícil contexto, os Portugueses conseguiram manter a capital do estado e os territórios envolventes, bem como Diu e as praças da Província do Norte, para além das suas fortalezas na costa oriental africana. Acabaram, contudo, por assistir, impotentes, ao desmantelamento, durante as décadas de 1650 e 1660, da sua rede de fortalezas no Índico. Perdida Malaca, em 1641, teve lugar, ao longo da década de 1650, a conquista, pelos sultões omanitas da dinastia Yarrubid, das principais fortalezas localizadas ao longo da costa do golfo de Omã e da chamada “costa dos piratas”, no Estreito de Ormuz. Em Ceilão, tal como na Costa do Canará e no Malabar, os holandeses foram, ao longo desses vinte anos, responsáveis pela capitulação da maioria dos estabelecimentos militares portugueses. Na ilha cingalesa as últimas fortalezas portuguesas a soçobrar foram Jafna e Manar, ambas em 1658, enquanto na Costa do Malabar, Cochim foi o último reduto do Estado da Índia a capitular (1663).

Aos responsáveis do Estado da Índia, confinados às suas fortalezas da costa oriental africana, aos estabelecimentos em Timor e Macau, e às praças e territórios que constituíam a Província do Norte e Goa, restava agora proceder à reorganização desses espaços e assegurar a sua estabilidade militar graças a uma acção política e diplomática junto da corte de Deli. Simultaneamente, procuraram reforçar alguns dos principais pontos de passagem para as terras firmes nas províncias de Bardez e Salcete, com o objectivo de consolidar esses domínios territoriais, procederam ao reforço de algumas grandes estruturas abaluartadas, sendo disso exemplo a Ilha de Moçambique no Índico, a Província do Norte e Goa.

A década de 1660 corresponde, portanto, à finalização do processo de confinamento do Estado da Índia, evidenciando-se, no que ao território de Goa importa, uma aposta no reforço dos seus sistemas defensivos terrestres que possibilitou, já na centúria seguinte e depois de abandonada a Província do Norte, a anexação das Novas Conquistas.

O sistema defensivo como infra-estrutura agregadora do território

Propor a leitura deste objecto – outrora sistema defensivo, hoje a sua memória e um ainda coerente conjunto de bens com valor patrimonial – como infra-estrutura agregadora do território e elemento básico da própria identidade goesa, implica o seu reconhecimento e preservação – a sua legibilidade, portanto –, cruciais para a identificação da singularidade de Goa.

Goa (Velha Goa), capital desta região durante três séculos, corresponde ao coração da Ilha de Tiswadi, base na qual os portugueses se instalaram e a partir da qual ampliaram fronteiras. Foram definidos níveis vitais de defesa, posições consideradas



Fig. 29 – Evolução do sistema defensivo de Goa, 1510-1713. Desenho de Nuno Lopes.

prioritárias no controlo territorial, sensivelmente do núcleo para a periferia, obedecendo a critérios graduais e em conformidade com as próprias realidades históricas. O primeiro nível engloba a Ilha de Tiswadi e o seu entorno navegável (com destaque para os rios Mandovi e Zuari e para o canal de Cambarjua), último e fundamental reduto a conservar, no qual se integrava o principal conjunto de estruturas preexistentes à presença portuguesa (posteriormente reformuladas, mantendo pequena dimensão e feição arcaica, conforme mandavam as necessidades reais). Num segundo nível, observa-se a extensão fluvial desses rios, o policiamento dos percursos em

direcção ao interior, principais vias de comunicação, comercialização e defesa (com destaque para as estruturas de Rachol, no Zuari, e de Santo Estêvão, no Mandovi), ao mesmo tempo que se consolidava um processo de reorganização territorial, efeito da anexação de Bardez e Salcete, assim como do crescimento descontrolado da capital e da sua população (resultando no início da construção da muralha periférica). O terceiro nível corresponde ao momento da chegada dos “inimigos europeus”, materializando-se as principais fortificações abaluartadas, de grande dimensão, organizadas ao longo da costa, privilegiando a segurança nos principais acessos à Ilha de Tiswadi. O quarto nível surge como resposta à intensificação das ameaças vindas de terra firme.

Hoje, o antigo sistema defensivo expõe um conjunto de elementos dispersos segundo uma aparente dualidade que podemos caracterizar da seguinte forma: no interior – pequena dimensão, ruína, desconhecimento; no litoral – grande dimensão, vitalidade, promoção. Visitando as povoações do interior, é notória uma indiferença geral perante estes bens, com as populações a privilegiarem o seu desmantelamento e reaproveitamento em novas construções. Este comportamento parece revelar, não uma renúncia a uma herança, mas algum desconhecimento destes e sobre estes bens: são objectos com os quais não se identificam, sobrando o processo de reutilização que, em muitos casos, terá contribuído para uma melhor qualidade de vida. É, sobretudo, perante as estruturas de Rachol, da muralha periférica ou de Tivim, que nos ocorre questionar: terão estes objectos cumprido a sua função, aguardando a sua natural desintegração, ou deverá ser desenvolvida uma acção colectiva no sentido de tornar estes bens legíveis e, com isso, recuperá-los como memória de fortalecimento da identidade goesa (Harrison 2015, 32; Waterton e Smith 2010)? Após visita às povoações costeiras, as conclusões são diferentes. Ao claro aumento na dimensão das fortificações, alia-se uma valorização geral destas estruturas, confirmada pelas intervenções de preservação nelas concretizadas. Estas encontram no turismo um importante suporte, que funciona não só como impulsionador político, económico e cultural, mas também projecta a imagem de Goa no mundo, sendo considerável o número de pessoas que aí se desloca e que não dispensa a visita a algumas das suas principais fortificações. Afigura-se, portanto, decisivo identificar as ambiguidades deste tipo de contributos, determinantes no fortalecimento identitário deste legado, não obstante os riscos intrínsecos do que são as representações de uma comunidade, frequentemente redutoras e selectivas (Ablett e Dyer 2009, 214-215).

É curioso verificar que, em resultado da valorização conferida às posições no litoral, a linha de costa ganhou nova expressão, talvez maior do que no passado, quando este constituía o principal meio de circulação. Já num percurso litoral-interior, a noção de fronteira vai-se dissipando, em sintonia com as estruturas que outrora a desenhavam. ●

Bibliografia

- Ablett, Phillip Gordon, e Pamela Kay Dyer. 2009. "Heritage and hermeneutics: towards a broader interpretation of interpretation". *Current Issues in Tourism* 12 (3): 209-233.
- Cameron, Christina. 2009. "The evolution of the concept of Outstanding Universal Value". In *Conserving the authentic: essays in honour of Jukka Jokilehto*, ed. Nicholas Stanley-Price e Joseph King, 127-136. Rome: ICCROM.
- Conceição, Margarida Tavares da. (2008) 2015. *Da Cidade e Fortificação em Textos Portugueses (1540-1640)*. Lisboa-Paris: Nota de Rodapé Edições.
- Correia, Gaspar. (1495-1561) 1858-1863. *Lendas da Índia*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- Costa, João Paulo Oliveira e, coord. 2014. *História da Expansão do Império Português*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Dias, Pedro. 1998. *História da Arte Portuguesa no Mundo, 1415-1822*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Faria, Alice Santiago. 2009. "Understanding Panjim as a Transformed Landscape". In *Histories from the Sea: Multimedia for Understanding and Teaching Europe-South Asia Maritime Heritage*, 92-104. New Delhi: Jawaharlal Nehru University.
- Garcia, José Manuel. 2009. *Cidades e fortalezas do Estado da Índia – Séculos XVI e XVII*. Matosinhos: Quidnovi.
- Gomes, Paulo Varela. 2010. "Rachol". In Mattoso e Rossa 2010, 315-317.
- Harrison, Rodney. 2015. "Beyond 'Natural' and 'Cultural' Heritage: Toward an Ontological Politics of Heritage in the Age of Anthropocene". *Heritage & Society* 8 (1): 24-42.
- Kanekar, Amita. 2015. *Portuguese Sea Forts: Goa with Chaul, Korlai and Vasai*. Mumbai: Jaico Publishing House.
- Larsen, Karin. 1998. *Faces of Goa: a journey through the history and cultural evolution of Goa and other communities influenced by the Portuguese*. New Delhi: Gyan Publishing House.
- Lopes, Nuno. 2017. *O sistema defensivo de Goa (1510-1660): influência na composição do território contemporâneo*. Tese de Doutoramento, Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.
- Matos, João Barros. 2012. *Do Mar Contra Terra: Mazagão, Ceuta e Diu, primeiras fortalezas abaluartadas da expansão portuguesa – Estudo arquitectónico*. Tese de Doutoramento, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidade de Sevilla.
- Mattoso, José, dir. e Walter Rossa, coord. 2010. *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e urbanismo. Ásia e Oceania*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mendiratta, Sidh Losa. 2012. *Dispositivos do Sistema Defensivo da Província do Norte do Estado da Índia, 1521-1739*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

- Mendiratta, Sidh Losa, e Joaquim Rodrigues dos Santos. 2012. "Sistemas defensivos das Ilhas de Tiswadi e Diu: Ocupação e fortificação de dois territórios insulares da Índia portuguesa (Séc. XVI – XVIII)". *Arquitextos* 143 (01). Consultado Maio 6, 2015. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.143/4323>.
- Mendiratta, Sidh Losa. 2015. "Os 'Muros' de Tivim: um documento iconográfico inédito de uma fortificação de Goa". *Revista Oriente* 23: 4-23.
- Monteiro, Saturnino. 1989-1997. *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa, 1139-1975*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Moreira, Rafael, dir. 1989. *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Rodrigues, Vítor Luís Gaspar. 1998. *A evolução da arte da guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)*. Dissertação provas científicas de acesso à categoria de investigador auxiliar. Lisboa: IICT.
- Rodrigues, Vítor Luís Gaspar, e João Paulo Oliveira e Costa. 2008. *Conquista de Goa 1510-1512 – Campanhas de Afonso de Albuquerque*. Lisboa: Tribuna da História.
- Rodrigues, Vítor Luís Gaspar, e Sidh Losa Mendiratta. 2010. "Velha Goa: fortificação da Ilha de Tiswadi"; "Velha Goa: fortificação da cidade". In Mattoso e Rossa 2010, 241-243.
- Rodrigues, Vítor Luís Gaspar, e Sidh Losa Mendiratta. 2010a. "Velha Goa: fortificação da cidade". In Mattoso e Rossa 2010, 243 e 244.
- Rodrigues, Vítor Luís Gaspar, e Sidh Losa Mendiratta. 2010b. "Mormugão: Arquitetura Militar". In Mattoso e Rossa 2010, 291 e 292.
- Rodrigues, Vítor Luís Gaspar, e Sidh Losa Mendiratta. 2010c. "Aguada (Índia): Arquitetura Militar". In Mattoso e Rossa 2010, 212 e 213.
- Rossa, Walter. 2010. "Enquadramento geral: os quês deste volume". In Mattoso e Rossa 2010, 20-61.
- Rossa, Walter. 2010b. "Goa". In Mattoso e Rossa 2010, 172-181.
- Rossa, Walter, e Sidh Losa Mendiratta. 2012. "A Cerca Adormecida: Recuperação Histórico – Cartográfica da Muralha Portuguesa de Goa". In *Passado e Presente*, 1: 413-423. Lisboa: CEPCEP e CHAM.
- Saldanha, M. J. Gabriel de. 1925. *História de Goa (política e arqueológica)*. New Delhi: Asian Educational Services. 2002.
- Santos, Catarina Madeira. 2001. "Entre Velha Goa e Pangim: a Capital do Estado da Índia e as reformulações da Política Ultramarina". *Separatas Verdes* 243. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Ministério da Ciência e da Tecnologia – IICT.
- Scholberg, Henry. 1995. *Fortress in India: a photographic history of the Portuguese forts of India*. New Brighton: North Star Publications Minnesota.
- Soares, Celestino. 1851. *Bosquejo das possessões Portuguezas no Oriente, ou: Resumo de algumas derrotas da Índia e da China*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Taylor, Frederick Lewis. 1921. *The Art of War in Italy, 1494-1529*. Cambridge: University Press.

- Teixeira, André. 2008. *Fortalezas do Estado Português da Índia, Arquitectura Militar na Construção do Império de D. Manuel I*. Lisboa: Tribuna da História.
- Telles, Ricardo Michael. 1937. "Fortalezas de Goa e as suas Legendas". *O Oriente Português* 30: 18-19. Bastorá: Tipografia Rangel.
- Telles, Ricardo Michael. 1938-1939. *O Oriente Português* 30: 22-23. Bastorá: Tipografia Rangel.
- Thomaz, Luís Filipe. 1994. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel.
- Thomaz, Luís Filipe. 1995. "A crise de 1565-1575 na história do Estado da Índia". *Mare Liberum – Revista de História dos Mares* 9: 481-520.
- Veen, Ernst van. 2000. *Decay or defeat? An inquiry into the Portuguese decline in Asia, 1580-1645*. Leiden: Research School of Asian, African and Amerindian Studies, Universiteit Leiden.
- Waterton, Emma, e Laurajane Smith. 2010. "The recognition and misrecognition of community heritage". *International Journal of Heritage Studies* 16 (1-2): 4-15.